

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

OFERTA DE DISCIPLINAS

ANO E SEMESTRE

2016/1

PROFESSOR(ES)						
Gláucio Maciel Gonçalves e Mônica Sette Lopes						
CÓDIGO DA DISCIPLINA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO <i>FORMULÁRIOS</i> NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA)						
DIR 851						
TEMA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO <i>FORMULÁRIOS</i> NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA)						
Temas de Teoria do Processo						
SUBTEMA (LIVREMENTE ESCOLHIDO PELO DOCENTE)						
Juízes: fazeres e sentidos						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE <i>DISCIPLINA ISOLADA</i> ?						
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE <i>DISCIPLINA ELETIVA</i> ?						
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>						
DIA DA SEMANA	HORÁRIO		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Quinta-feira	DE 9 H 00 ÀS 11 H 30		45 H	3	20	REGULAR - PRESENCIAL

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?	
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO (UNIDADE)

EMENTA (LIVREMENTE INDICADA PELO DOCENTE)
<p>O objetivo central da disciplina é a reflexão sobre os fazeres do juiz, a partir do enfrentamento de várias das nuances concretas, muitas vezes invisíveis, de seu cotidiano.</p> <p>O tratamento do tema, portanto, percorrerá vertentes variadas, que se iniciarão por uma apropriação comparada da organização do Poder Judiciário na Alemanha, nos EUA, na França, na Grã-Bretanha, na Itália, na Espanha e em Portugal (estrutura, divisão de graus de jurisdição, julgamento colegiado, procedimento, efetividade, duração da demanda, informatização, julgamento de processos de massa; recrutamento de juízes; comparação com o modelo brasileiro; soluções para os problemas nacionais). Numa aproximação conexa e intercorrente, serão tratadas e experimentadas as modalidades de interpretação e de expressão que juízes vivenciam oralmente e por escrito, além da corporeidade das relações sensoriais travadas nas salas de audiência e na gestão dos processos nos espaços atulhadas das secretarias e dos gabinetes.</p> <p>Como pano de fundo de toda a abordagem estará a revivência do CPC de 1973 em contraponto com o novo CPC/2015, como fatores de uma realidade que tende a se converter em costume forjado na rotina da aplicação.</p> <p>A disciplina explorará a interseção dos dois projetos estruturantes da Linha 2 do PPGD da FDUFG.</p>

OFERTA DE DISCIPLINAS

BIBLIOGRAFIA

OBSERVAÇÃO: CASO O ESPAÇO NÃO SEJA SUFICIENTE, O PROFESSOR DEVERÁ INDICAR, NESSE CAMPO, APENAS A BIBLIOGRAFIA BÁSICA. A BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DEVERÁ SER APRESENTADA, OPORTUNAMENTE, AOS ESTUDANTES MATRICULADOS.

- ABRAHAM, Henry J.. The Judiciary. 10a. ed. New York: NY Press, 1996. 240p.
- ATAÍDE JR., Vicente de Paula. O novo Juiz e a administração da Justiça. Curitiba: BARTHES, Roland. O rumor da língua. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BELL, John. Judiciaries Within Europe: A Comparative Review. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. 399p.
- BRANLARD, Jean-Paul. L'essentiel de l'Organisation judiciaire en France. Paris: Gualino, 2004. 158p.
- CALHAO, Antônio Ernani Pedroso. O princípio da eficiência na administração da justiça. contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- DIÉZ-PICAZO, Luis María. Regimen constitucional del Poder Judicial. Madrid: Civitas, 1991.
- FRANK, Jerome. Courts on trial: myth and reality in American Justice. Princeton: Princeton University, 1973
- GARAPON, Antoine, SALAS, Denis. A justiça e o mal. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Piaget, 1999
- GERALDO, Pedro Heitor Barros. A gestão da justiça de proximidade na França: a análise da política pública judiciária. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, v. 18, n. 30, abril/2011.
- HEIN, Eckart. A reforma do sistema judicial alemão. Revista CEJ/CJF. Brasília, n. 34, jul/set 2006.
- HOURQUEBIE, Fabrice. Le pouvoir juridictionnel en France. Paris: LGDJ, 2010. 212p. Juruá, 2006.
- LIMONGI, Dante B; PEREIRA, Diogo M. P. D.; BORGES, Diogo N. Breve estudo sobre a estrutura constitucional alemã, o federalismo no país e sua última reforma. Revista Direito, Estado e Sociedade. Rio de Janeiro, PUC-Rio, n. 39, jul/dez 2011.
- LOPES, Mônica Sette. O juiz como agente de sua independência: entre o diálogo e o medo. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 103, p. 257-283, 2012.
- LOPES, Mônica Sette. Os juízes e a ética do cotidiano. São Paulo: LTr, 2008
- MORENO, Juan Damian. Introducción al sistema judicial espanol. Madrid: Dickinson, 2010. 164p.
- OST, François. Dire le droit, faire justice. 2. ed. Paris: Bruylant, 2012
- PINTO, Flávia Souza Dantas. O Judiciário francês sob a ótica de um juiz brasileiro. Revista da Esmarn Mossoró, v. 8, n. 1, 2008, p. 109-136.
- RIGAUX, François. La loi des juges. Paris: Odile Jacob, 1997
São Paulo: RCS, 2007.
- SILVA, Carlos Manuel Ferreira da. O Poder Judiciário em Portugal: algumas notas sobre a sua organização, garantias e ingresso na magistratura. Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 21, dez/jan 1997-98, p. 17-37.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O Juiz: seleção e formação do magistrado no mundo
- WHITE, James Boyd. Justice as translation: an essay in cultural and legal criticism. Chicago: University of Chicago, 1994.
- ZAFFARONI, Eugênio Raúl. Poder judiciário. crise, acertos e desacertos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

OFERTA DE DISCIPLINAS

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA *WEB*

OBSERVAÇÃO: NESTE CAMPO, O DOCENTE PODERÁ INSERIR *LINKS* PARA FACILITAR O ACESSO A TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA *WEB*

INFORMAÇÕES ADICIONAIS (PREENCHIMENTO OPCIONAL)